

## ASPECTOS GERAIS

= **capacidade** de exercer a **jurisdição** no **caso concreto**

→ todos os magistrados têm jurisdição, mas só um será competente no caso

• **finalidade** = organizar o sistema jurídico

## FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA

• **regra** = com o registro/distribuição (observadas as normas constitucionais, legais e regimentais pertinentes)

• **exceções** = { supressão do órgão judiciário  
alteração da competência absoluta  
regras de modificação de competência

## CRITÉRIOS

→ estabelecem um sistema de identificação da competência

## OBJETIVO

→ considera a demanda apresentada (elementos da ação)

- **em razão da matéria** = considera a causa de pedir
- **em razão da pessoa** = considera a parte
- **em razão do valor** = considera o pedido

## TERRITORIAL

- busca definir o **foro competente**.
- leva em consideração o **interesse das partes** (hipótese relativa de competência)

## FUNCIONAL

- considera os **aspectos internos** do processo (observada a distribuição das funções que devem ser nele exercidas)
- Ex.: Competência originária e recursal, fase do processo, assunção de competência, ...

# competência interna

## CLASSIFICAÇÕES

CLASSIFICAÇÃO	CONCEITO
Competência do foro	foro = local onde o magistrado exerce sua competência
Competência do juízo	qual órgão jurisdicional do foro será concretamente competente
Competência originária	define o órgão que vai conhecer o processo pela primeira vez
Competência derivada	define o órgão que irá julgar recursos a partir do órgão originário
Competência absoluta	regras de competência definidas a partir do interesse público
Competência relativa	fixa regras de competência a partir do interesse particular (preponderantemente)

comarca (Justiça Estadual)  
subseção/seção judiciária (Justiça Federal)

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA

### POSITIVO

→ deve ser suscitado pelo juiz que discordar do anterior (salvo se remeter a um terceiro)

= dois ou mais juízes **se reputam competentes**.

### NEGATIVO

= dois ou mais juízes **se reputam incompetentes**.

## CONTROVÉRSIA DE UNIÃO OU SEPARAÇÃO

= entre dois ou mais juízes há controvérsia sobre **reunião ou separação de processos**.

- **Não** há conflito se houver **diferença hierárquica** entre os juízes. **PEGADINHA!**
- O **julgamento** do conflito é feito pela **autoridade judiciária** superior e comum aos juízos conflitantes (tribunal)

## REGRA GERAL

- as ações serão ajuizadas no foro de **domicílio do réu**.
  - se dois ou mais réus com domicílios diferentes, o autor escolhe qualquer um deles.

## SITUAÇÕES ESPECÍFICAS

DECORE!  
(ART. 53, CPC)

SITUAÇÃO	FORO
Divórcio, separação, anulação de casamento, reconhecimento ou dissolução de união estável	domicílio do guardião do filho incapaz último domicílio do casal (se não houver filho incapaz) domicílio do réu (se nenhum residir no antigo) domicílio da vítima de violência doméstica ou familiar
Ação de alimentos	domicílio/residência do alimentado
Reparação de danos	lugar do ato ou fato
Reparação de danos em delito/acidente de veículos	domicílio do autor ou do local do fato
Réu administrador/gestor de negócios alheios	lugar do ato ou fato
Ação em que for ré pessoa jurídica	lugar onde está a sede
Obrigações da P.J.	lugar onde está a agência ou sucursal
Ação em que for ré sociedade/associação sem personalidade jurídica	lugar onde exerce suas atividades
Ação que exigir seu cumprimento	lugar onde a obrigação deve ser satisfeita
Causa sobre direito do estatuto do idoso	lugar de residência do idoso
Ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício	lugar da sede da serventia notarial ou de registro
Ação em que o incapaz for réu	no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

# competência interna

## = TERRITORIAL =

## PARTICULARIDADES

DECORE!

ação possessória imobiliária:  
no foro de **situação da coisa**  
(juízo tem competência absoluta)

### DIREITO REAL SOBRE IMÓVEIS

- é competente o foro de **situação da coisa**.
  - o autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou de eleição (se não for sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova)

### SUCESSÃO CAUSA MORTIS

PEGADINHA!

o local do óbito não tem nenhuma relevância!

- em regra, é competente o foro de **domicílio do falecido**.
  - se não tiver, será o local da **situação dos imóveis** (se mais de uma localidade, o autor pode escolher)
  - se não tiver domicílio nem imóveis, será em qualquer lugar dos bens móveis do espólio.

### AÇÕES COM RÉU AUSENTE

- serão propostas no foro de seu **último domicílio**.
  - também competente para arrecadação, inventário, partilha e cumprimento do testamento.

### AÇÕES EM QUE A UNIÃO É PARTE

- ajuizadas pela União** → domicílio do réu
- ajuizadas contra a União** →
  - domicílio do autor
  - local do ato ou fato
  - foro de situação da coisa
  - DF ou capital do estado

### AÇÕES EM QUE ESTADO/DF É PARTE

- ajuizadas pelos estados** → domicílio do réu
- ajuizadas contra os estados** →
  - domicílio do autor
  - local do ato ou fato
  - foro de situação da coisa
  - capital do estado

### CONTRA A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

- não** há regra específica (aplica-se a regra geral do CPC)

## IDENTIFICAÇÃO DO JUÍZO COMPETENTE



## competência interna



## INCOMPETÊNCIA

- = ações ajuizadas **violando** as regras de competência.  
 pode ser **absoluta** (matéria, pessoa ou função) ou **relativa** (em regra: território ou valor da causa)

COMPETÊNCIA ABSOLUTA	COMPETÊNCIA RELATIVA
interesse público	interesse particular
deve ser alegada na preliminar da contestação (pode também depois, mas o réu arcará com despesas de mora).	deve ser alegada na preliminar da contestação sob pena de preclusão.
pode ser reconhecida de ofício	<b>não</b> pode ser reconhecida de ofício
<b>não</b> pode ser alterada pela vontade das partes	pode ser alterada pela vontade das partes
<b>não</b> admite conexão e continência	admite conexão e continência
se a ação transitar em julgado, cabe ação rescisória	<b>não</b> cabe ação rescisória (há prorrogação de competência)
alteração superveniente de competência: <b>desloca</b> para outro juízo	alteração superveniente de competência relativa <b>não</b> produz efeitos.

## MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

- Em regra, **uma vez fixada** a competência (registro ou distribuição da petição inicial), há a **estabilização do processo** (a competência não deve ser alterada novamente)
- Mas a **modificação da competência** pode se dar em razão da: **IMPORTANTE!**
  - supressão do órgão judiciário
  - alteração da competência absoluta → ex.: criação de vara especializada
  - conexão (se forem comuns o pedido ou a causa de pedir) → não pode se algum já estiver sentenciado!
  - continência (há identidade entre as partes e a causa de pedir, mas o pedido de uma é mais amplo.)
    - pode haver **reunião** dos processos (quando o processo continente, mais abrangente, é ajuizado posteriormente ao contido) ou **extinção** de um deles (quando o contido é ajuizado posteriormente)
  - incidente de deslocamento de competência (ex.: CF art 109, §5º)
  - foro de eleição (as partes elegem um foro para julgar eventual demanda de seu negócio)